

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO E O MANEJO DOS ALUNOS DA SALA DE INCLUSÃO: UM ESTUDO ACERCA DO TEMA

Emmanuel Gilson Dantas¹

Vanessa de Faria Ferreira Huerta²

RESUMO

Ao longo da evolução humana, a escola tenta evoluir acompanhando o desenvolvimento da ciência, tecnologia e novas formas de adquirir conhecimento. Como a escola não é uma instituição a parte da sociedade, com a evolução do conhecimento vem novas responsabilidades para a educação escolar, um dos problemas apresentado nesta nova realidade educacional é a inclusão de alunos com necessidades específicas e a formação do professor que atua com o público específico. O referido trabalho tem como objetivo de analisar a formação do profissional da educação e o manejo dos alunos da sala de inclusão. Para chegar a uma conclusão e alcançar o objetivo geral usamos como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre os temas inclusão e a formação profissional da educação, especificamente o professor e poder propor novas visões e possíveis contribuições para os interessados no tema. Por fim concluiu-se que o professor pedagogo deve ter uma formação constante sobre a inclusão, mas não apenas conhecimento técnico. O professor deve ser uma pessoa humana em seu íntimo para poder entender a capacidade individual de cada aluno, principalmente dos que tem necessidades específicas. Nota-se que um professor com pensamentos e ações inclusivas deve ser desafiado constantemente para que saia da zona de conforto para que consiga unir a teoria e a prática em sua atuação diária. O conhecimento sobre inclusão é vasto e a cada dia autores, professores alimentam este sentimento de inclusão. Este estudo realizado pelos autores é apenas uma pontinha da construção do conhecimento, já que momentaneamente há a construção do processo de aprendizagem, novos olhares sobre observações e estudos relacionados ao tema.

Palavras-chave: Inclusão, profissional de Educação, Conhecimento, necessidades específicas, discente, processo de aprendizagem, escola.

ABSTRACT

Throughout human evolution, the school tries to evolve following the development of science, technology and new ways of acquiring knowledge. As the school is not an institution of the society, with the evolution of knowledge comes new responsibilities for school education, one of the problems presented in this new educational reality is the inclusion of pupils with special needs and the formation of the teacher who works with the specific audience. This work aims to analyze the formation of professional education and management of students of inclusion room. To come to a conclusion and to achieve the overall objective methodology used as the literature on the subjects inclusion and vocational education, specifically the teacher and to propose new perspectives and possible contributions for those interested in the topic. Finally it was concluded that the teacher educator should have a constant training on including, but not limited technical knowledge. The teacher should be a human person in his heart in order to understand the individual capacity of each student, especially those who have specific needs. Note that if a teacher with thoughts and inclusive actions should be constantly challenged to leave the comfort zone so you can join the theory and practice in their daily activities. Knowledge about inclusion is vast and every day authors, teachers feed this feeling of inclusion. This study conducted by the authors is only a tip of the building of knowledge, since there briefly the construction of the learning process, new looks on observations and studies related to the subject.

Keywords: Inclusion, professional education, knowledge, specific needs, student, learning process, school....

INTRODUÇÃO

As discussões científicas sobre o papel de educar pela instituição escola nestes últimos anos estão ganhando notoriedade na mídia e nos ciclos de debate, tanto informal como formal para assuntos ou problemas de cunho escolar. Com isso o papel social da escola vem sendo alterado ao longo dos anos. Atualmente uma das principais funções sociais da escola é promover a inclusão de alunos com necessidades específicas no ambiente escolar.

Daí, surge o interesse em estudar, pesquisar e socializar o conhecimento na área de educação formal e seus problemas, que está imbuído na comunidade escolar, especificamente, envolvendo o professor que deve estar capacitado para receber alunos com necessidades educacionais específicos, tendo em vista que este profissional é a pessoa que despertará o interesse do aluno para o conhecimento historicamente construído ao longo dos séculos e proporcionar, com toda a equipe que faz parte do ambiente educacional a inclusão.

Sendo assim, o estudo tem como **objetivo analisar a formação do profissional da educação e o manejo dos alunos da sala de inclusão**, no sentido de levar ao conhecimento da comunidade escolar e interessados, para que possam minimizar os impactos causados pela ausência da inclusão para o aprendizado significativo.

Organizou-se o trabalho da seguinte forma.

Na primeira parte, referencial teórico, descreveu-se sobre a história da educação abordando a função social da escola e o histórico da inclusão, o que possibilitou significativamente a análise dos dados.

Na segunda parte, apresentou-se o entendimento dos autores sobre o profissional formado em pedagogia e sua trajetória ao longo da história até os dias atuais e qual é o seu papel para proporcionar a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas.

E, finalmente, a terceira parte, onde descreveu-se os resultados da pesquisa fundamentados nos autores citados na fundamentação teórica, através de texto que está nas considerações finais, onde discorreu sobre as reflexões e opiniões em torno da pesquisa realizada.

O Resgate Histórico da Educação Escolar X A Construção Histórica da Inclusão:

Enquanto a sociedade evolui na área tecnológica ou nas áreas sociais, novas atribuições são determinadas para a escola. Assim sendo, diante dessas mudanças a função social da escola, também se modifica.

Segundo Gadotti (1993), no período de produção primitivo não existia escola, e o homem colhia do meio em que vivia o que dava para sobreviver e a escola era confundida com a vida. A escola stricto sensu nasceu da passagem do modo de produção primitivo para o modo escravista.

O momento histórico que ocorreu o nascimento da escola é o período neolítico. Com as transformações na sociedade, a escola como marco deste momento histórico nasceu desigual, e a sua função seria, encaminhar a criança para a fase adulta, através de rituais de iniciação em cerimônias religiosas, ensino das habilidades naturais, das expressões corporais e do desenvolvimento das artes e da cultura.

Observa-se que, ao longo da história, a educação, vem sempre sofrendo transformações de acordo com a necessidade da sociedade, que a idealizou. Isso nos mostra que a escola está em função da sociedade.

Como já havia sido comentado, a escola era desigual e não era diferente, das gregas e romanas, era para poucos e tinha como objetivo instruir seus alunos para a oratória, que era o ideal de homem para este modo. A educação grega queria incentivar a individualidade. A partir desta afirmação nasce um novo conceito de educação, que hoje em dia nós chamamos de Educação Liberal.

Com o nascimento do Feudalismo cria-se a terceira escola, que foi dirigida pela Igreja Católica tornando-se um aparelho ideológico do estado e sendo utilizado para difundir a sua boa nova. A partir de Constantino, o catolicismo torna-se a religião oficial e ao mesmo tempo estado. Neste período histórico quem educava era o estado, quem iria contra a verdade da Igreja seria perseguido e considerado um herege.

O Renascimento do século XV culminou em um novo modo de pensar (o advento de liberdade de espírito), neste período foram criadas as universidades. Os burgueses não mais acreditavam nos dogmas apresentados pela igreja. Os primeiros a se preocupar com a escola gratuita foram Lutero e seus seguidores.

A preocupação com a educação não é de hoje. As famílias gregas também se preocupavam com a educação dos seus filhos.

Os pais tinham a obrigação de cuidar que seus filhos se preparassem para eficazmente para a vida, mas dentro ambiente de liberdade. [...] de cultura, de uma organização política atenta sempre ao desenvolvimento harmônico da personalidade, (PILLETTI, 1999, p.30).

Estes ideais da educação clássica até hoje os educadores tentam manter vivos para realmente conseguir contribuir com a construção de uma sociedade justa com todos que habita este planeta, não importa se faz parte da flora ou fauna (é claro contando com nós que somos animais racionais).

Após discorrer de forma sucinta a história da educação no contexto geral, passa-se a descrever a história da educação no Brasil. O seu desenvolvimento educacional aconteceu tarde, devido à influência colonial e jesuíta. Nos anos 20 e 30 do século XX a educação vivencia um momento de mudanças, marcados pela pregação liberal da educação que defendia a sua gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, bem como a laicidade e a co-educação. Essa pregação opunha-se à concepção de educação representada pelos católicos.(GADOTTI, 1986)

Por volta de 1924, os liberais se reúnem em torno de uma Associação, a ABE- Associação Brasileira de Educação, que culmina em março de 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado por 23 educadores e 3 educadoras, todos de diferentes regiões do país, e de variadas formações, em meio a uma quase guerra civil, saem a público e lançam o Manifesto dirigido ao povo e ao governo, objetivando a reconstrução nacional pela Reconstrução Educacional no Brasil. Entre eles, Anísio Spinola Teixeira, Fernando de Azevedo, Paschoal Lemme, Almeida Jr. (AZEVEDO; LEMME, 1932).

O Manifesto defendia em especial o direito de todos a educação, de forma igual e portanto única para todos quantos procurassem a escola pública. (CURY, 1982).

Uma das conquistas dos pioneiros foi a incorporação na Constituição de 1934, o estabelecimento da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e do ensino religioso facultativo. (GADOTTI, 1986).

A Constituição de 1946, fixa a necessidade de elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino. Começa a longa gestação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, somente, sancionada em 1961. Lei 4.024/61.

Esta Lei representa a privatização do ensino, assim sendo a LDB, já nasceu ultrapassada. (GADOTTI, 1986).

Para corrigir as inadequações no sistema do ensino na LDB/61 é criada uma nova LDB nº 5692/71 e atualmente, a LDB em vigor a 9.394 de dezembro de 1996.

Uma conquista significativa nesse período é o Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, dispõe em seu art. 4º que,

É dever da família, da comunidade, da sociedade assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação à educação (grifo nosso), ao esporte ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (2002,p. 23)

Isso implica em uma educação de qualidade fundada e construída nos princípios do respeito ao outro, a diversidade e ao meio ambiente.

Nesse breve percurso pela história da Educação no Brasil, é evidente, as lutas dos educadores em prol de um ideal de educação, no entanto, a escola ainda deixa muito a desejar no que concerne a um espaço capaz de promover plenamente o desenvolvimento intelectual e social dos que dela fazem parte, embora conste na Constituição de 1988, art. 205, e na LDB/1996 art. 2º, que a educação deve ser promovida e incentivada visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Nota-se que a educação deve ser para todos, devendo ser um espaço que agregue e não exclua e sim inclua, não importando-se com limitação física ou intelectual dos seus participantes, dando chance para todos se desenvolverem de forma significativa.

Para chegar-se a este entendimento, de que a escola é um dos melhores espaços de inclusão, houve-se uma trajetória histórica que será descrita.

Antes de acontecer experiências de educação especial no Brasil, havia na Europa registros de experiências bem sucedidas para a época e que serviu de modelo para o início desta educação especial no nosso continente. (OLIVEIRA, 2010).

A iniciativa era considerada de cunho partícula, já que não era o poder público que bancava a educação especial. Este pensamento de cunho particular durou mais de um século.

A participação do governo na educação especial iniciou-se quando D. Pedro II, por meio de decreto imperial criou em 1854, na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que mais tarde seria renomeado, por também decreto imperial para Instituto Benjamim Constant (IBC). (OLIVEIRA, 2010).

As iniciativas de cunho particular não desapareceram com a iniciativa do governo imperial. Surgindo instituições como o Instituto Pestalozzi no início do século XX. A partir de 1957 o governo federal assumiu a educação especial, que neste período ainda era tratado pelo termo: alunos excepcionais. (OLIVEIRA, 2010).

Nota-se que a iniciativa filantrópica, considerada particular, contribuiu bastante para que o governo percebesse a importância de tomar medidas efetivas para atender um público específico. Com esta notoriedade de um público, durante anos surgiram leis que tratava da educação especial, que evoluiria para a educação inclusiva.

Na construção histórica da educação inclusiva teve-se três Leis de Diretrizes e Base da Educação. Na primeira, Lei 4.024/61 procurou proporcionar um lineamento para a educação do país, já fazia menção aos direitos dos deficientes à educação, de forma timidamente, ditando que dentro do possível, os excepcionais deveriam participar do sistema geral de educação. Na segunda, Lei 5.692/71, define-se de forma mais específica, quem deveria participar da educação inclusiva e por fim a última, Lei 9394/96 que em seus artigos 58 e 59 são mais claro em relação a educação inclusiva, assegurando metodologias adequadas para o aluno que tem necessidades educacionais. (OLIVEIRA, 2010).

A principal lei que garante direitos universais no Brasil, pregando a não discriminação, não importando qual seja a sua necessidade é a Constituição Federal. Segundo Oliveira:

Trabalhar as diferenças é o ponto principal garantido pela Constituição da República desde 1988. Apesar disso, o que se percebe na realidade é que a sociedade pré estabelece modelos, deixando à margem tudo o que foge à regra. Regras que eram estabelecidas pelas classes dominantes do governo. (2010, p. 34)

Atualmente com a ajuda das leis a sociedade está mudando a concepção de direitos e responsabilidades, aprendendo de forma impositiva a respeitar direitos universais.

As leis estão contribuindo com a quebra de paradigmas sociais e com o novo pensamento social as instituições educacionais, como o Ministério da Educação e outras instituições ligada a este ministério vem publicando resoluções.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP n° 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior “devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada pra a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”. (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

A formação institucional para os professores oferecida por Universidades é bastante importante, mas a pessoa que recebe esta formação deve querer trabalhar com um determinado público, ou a formação não terá tanta eficácia na atuação diária com os alunos.

No século 21 a luta pela educação inclusiva intensifica-se a cada ano. Exemplo da amplitude do tema é que em 2004 o Ministério Público Federal, baseando-se no Decreto nº 3.956/2001 lança o documento o “Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, tendo o objetivo de divulgar os conceitos e diretrizes na educação. Dois anos após A ONU aprova A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece que os países participantes devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. (OLIVEIRA, 2010).

Percebe-se que o Brasil caminha para proporcionar a educação inclusiva no ambiente escolar, isso não significa que a caminhada está chegando ao fim, já que para OLIVEIRA,

A inclusão educacional precisa ser entendida como o espelho na educação, já que consiste em oferecer uma oportunidade de desenvolvimento e aprendizagem para todos, respeitando as diferenças, valorizando a diversidade. (2010, p. 37).

Nota-se que a história da educação inclusiva proporciona ao ser humano uma educação completa e compreensiva, já que entende as limitações pessoais e contribui para todos que estão inseridos neste contexto possa desenvolver com pessoas diferentes em todos os aspectos.

Mesmo com toda esta construção da educação inclusiva, nacional e internacional ainda existe a exclusão. Segundo OLIVEIRA,

[...] as crianças com dificuldade de aprendizagem e/ou necessidades educativas especiais são matriculadas no ensino regular em classes de integração, onde o aluno precisa fazer um grande esforço para acompanhar as atividades da turma. Em nome da inclusão se promove na prática pedagógica uma política de integração com drásticas consequências excludentes. (2010, p. 41).

A exclusão acontece de todas as formas, desde a adaptação do aluno com necessidades educacionais específicas, até a escolha do profissional da educação que irá atendê-lo durante o ano escolar.

Para MARTINS,

A escola regular, de uma maneira geral, não foi, nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de “normalidade”. (IMBERNÓN *apud* MARTIS. 2011, p. 17).

A explicação de Martins é bem clara e nos permite a entender por que pleno século XXI ainda existe a exclusão.

Neste meio de perspectivas encontra-se o professor que deve está qualificado para acompanhar o desenvolvimento do educando e contribuir para a inclusão. Um dos primeiros profissionais que o aluno tem é com o pedagogo.

O Profissional Formado em Pedagogia e Sua Responsabilidade Perante a Inclusão.

Historicamente o curso de pedagogia no Brasil é recente, não tendo cem anos de história. Seu início data de 1939 e previa a formação em bacharelado em Pedagogia. (LIBÂNEO. 2010, pág. 45). A licenciatura em pedagogia é ditada pelo Parecer CEF 292/69, recebendo então o título de Licenciado em Pedagogia. (LIBÂNEO. 2010, pág. 46).

A partir de então, até as datas atuais, há movimentos e discursões para melhorar o curso de pedagogia. A licenciatura de fato surge nos meados dos anos de 1970 e nos anos de 1980 há as discursões, destacando a atuação do movimento de reformulação dos cursos de formação do educador. (LIBÂNEO. 2010, pág. 46).

Para chegar ao patamar citado anteriormente de licenciatura houve na década de 1920 discussões em torno da educação brasileira. O modelo adotado no país privilegiava a elite. As discussões giravam em torno das reivindicações listada por José Veríssimo, tendo ênfase na educação básica, mas formando um todo articulado, do primário ao superior. (PILETTI. 2012, pág. 166).

O Brasil estava em desvantagem em relação aos países sul-americanos, já que os nossos vizinhos já tinham universidades que formavam profissionais em educação. Na falta destes profissionais qualificados quem dava aulas eram as pessoas formadas em direito, engenharia, etc.(PILETTI. 2012, pág. 179).

Mesmo o curso de Pedagogia sendo recente e em constante discussão para a sua melhoria, percebe-se uma evolução qualitativa na finalidade da educação.

Para Libâneo Pedagogia é:

[...] a teoria e a prática da educação. A educação é uma ação e um processo de formação pelo qual os indivíduos podem integrar-se criativamente na cultura em que vivem. Geralmente, a Pedagogia é uma ciência da formação humana. (2010, pág. 162).

O autor resume o que é Pedagogia e com esta definição faz-se necessário saber qual é a ocupação desta ciência.

[...] a Pedagogia ocupa-se das práticas educativas intencionais destinadas a favorecer o desenvolvimento dos indivíduos no interior de sua cultura por meio de

processos de transmissão e assimilação ativa de experiências, saberes e modos de ação culturalmente organizados. (2010, pág. 162/163).

Libâneo esclarece a ocupação do pedagogo e com isso nos remete a informar qual é o campo de trabalho da pessoa que escolhe a formação superior em Pedagogia. O Curso deve formar o profissional *stricto sensu*, o profissional que deve estar pronto para atuar em vários campos educativos. (2010, pág. 38).

O campo de atuação é vasto e o pedagogo deve atuar para:

[...] atender demandas socio-educativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades --- novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças no ritmos de vida, presenças dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental --- não apenas na gestão supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de vídeos, filmes, brinquedos nas editoras, na requalificação profissional etc. (LIBÂNEO. 2010, pág. 39).

Sabendo o campo de trabalho do pedagogo. Ao escolher a educação ou sua atuação no ambiente escolar, o mesmo tem a opção de atuar como professor do 1º ao 5º ano ou professor da educação infantil etc. Atualmente o sistema educacional brasileiro está dividido em “educação básica, formada pela educação infantil (pré-escola), ensino fundamental (antigo 1º grau) e ensino médio (antigo 2º grau)”. (PILETTI. 2012, pág. 226).

Para atuar como professor em um dos segmentos educacionais citados anteriormente o estudante deve saber qual é a atividade principal do educador. Para Libâneo: “[...] é o ensino. Sua formação inicial visa a propiciar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes requeridas, para levar adiante o processo de ensino e aprendizagem nas escolas”. (2013, pág. 69).

Discorrendo sobre a formação do professor pedagogo observa-se que não é qualquer ser humano que se torna professor. Este ser humano pode até ser professor por direito, já que pode possuir o diploma que dar autorização para tal. Já professor de fato e de direito é aquele que possui o diploma, as habilidades e as atitudes requeridas.

O conjunto de requisitos profissionais é denominado de profissionalidade. A profissionalidade por sua vez é a junção da profissionalização e o profissionalismo. (LIBÂNEO. 2013, pág. 69).

Para Libâneo profissionalismo:

[...] refere-se as condições ideais que venha a garantir o exercício profissional de qualidade. Essas condições são: formação inicial e formação continuada nas quais

o professor aprende e desenvolve as competências, habilidades e atitudes profissionais; remuneração compatível com a natureza e as exigências da profissão; condições de trabalho [...]. (2013, pág. 69).

O mesmo autor discorre sobre profissionalismo, que é:

[...] desempenho competente e comprometido dos deveres e responsabilidades que constituem a especificidade (*sic*) de ser professor e os comportamentos ético e político expresso nas atitudes relacionadas à prática profissional. Na prática, isso significa ter domínio da matéria e dos métodos de ensino, a dedicação ao trabalho, a participação na construção coletiva do projeto pedagógico-curricular, o respeito à cultura de origem dos alunos, a assiduidade, o rigor no preparo e na condução das aulas, o compromisso com um projeto político democrático. (2013, pág. 69).

Nota-se que é a junção de qualidades, formação e exercício da profissão que forma um professor comprometido com a formação de outros seres humanos, este ser humano que não difere uma pessoa com necessidades educacionais específicas ou não, apenas ser humano. A inclusão no Brasil está sendo construída. O que sabemos é que tem escolas que são obrigadas por lei para receber crianças com necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 58 descreve como

[...] **educação especial** (grifo do autor), para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida **preferencialmente** (grifo do autor) na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (MESSEDER. 2012, pag. 174)

No mesmo artigo da mesma lei citada anteriormente, desta vez em seu parágrafo segundo traduz como deve ser o atendimento.

§2º- O atendimento educacional será feito em **classes, escolas ou serviços especializados**, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, **não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular**(Grifo do autor). (MESSEDER. 2012, pag. 175)

Conforme relatado anteriormente, as leis obrigam a escola realizar a inclusão de seres humanos com necessidades específicas, mas cabe ao professor a escolha ética de trabalhar e fazer com que este ser humano se desenvolva educacionalmente de forma coerente.

O entendimento sobre Inclusão também está sendo construído, neste momento há a discussão que incluir ou realizar inclusão não é apenas colocar uma criança ou adolescente com necessidade educacional dentro da escola ou dentro de uma sala de aula. Entende-se como inclusão que:

A inclusão, portanto, não é algo de que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é uma mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma

compreensão de que todos dos seres humanos são humanos sem distinção.
(MARTINS. 2011, pag. 63)

A inclusão deve ser estendida para todos e que todos sejam iguais nas diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da evolução humana, a escola tenta evoluir acompanhando o desenvolvimento da ciência, tecnologia e novas formas de adquirir conhecimento. Como a escola não é uma instituição a parte da sociedade, com a evolução do conhecimento vem novas responsabilidades para a educação escolar, um dos problemas apresentado nesta nova realidade educacional é a inclusão de alunos com necessidades específicas e a formação do professor que atua com o público específico. Como observado, ao longo da história, a educação escolar, vem sempre sofrendo transformações de acordo com a necessidade da sociedade, que a idealizou. Isso nos mostra que a escola está em função da sociedade.

O referido trabalho teve como objetivo geral analisar a formação do profissional da educação e o manejo dos alunos da sala de inclusão. Para chegar a uma conclusão e alcançar o objetivo geral usamos como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre os temas inclusão e a formação profissional da educação, especificamente o professor e poder propor novas visões e possíveis contribuições para os interessados no tema.

Ao longo da caminhada, deparou-se com vários pontos de vista sobre inclusão nesta nova era e sobre a formação do profissional da educação, especificamente a pessoa licenciada em pedagogia. Para tanto o pesquisador usou a metodologia da pesquisa bibliográfica e conseqüentemente a opinião registrada neste trabalho tiveram o olhar da luz das ciências educacionais e sociais.

Por fim conclui-se que o professor pedagogo deve ter uma formação constante sobre a inclusão, mas não apenas conhecimento técnico. O professor deve ser uma pessoa humana em seu íntimo para poder entender a capacidade individual de cada aluno, principalmente dos que tem necessidades específicas. Nota-se que um professor com pensamentos e ações inclusivas deve ser desafiado constantemente para que saia da zona de conforto para que consiga unir a teoria e a prática em sua atuação diária. O conhecimento sobre inclusão é vasto e a cada dia autores, professores alimentam este sentimento de inclusão. Este estudo realizado pelos autores é apenas uma pontinha da construção do conhecimento, já que momentaneamente há a construção do processo de aprendizagem, novos olhares sobre observações e estudos relacionados ao tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de; LEMME, Pascoal. **A reconstrução educacional no Brasil, ao povo e ao governo: Manifesto dos pioneiros da educação nova.** São Paulo:Cia. Ed. Nacional, 1932.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB.** Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação nacional. LDB.** Brasília, 1971.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB.** Brasília, 1961.

BRASIL, Ministério da Justiça: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Comemorando o “manifesto dos Pioneiros da educação nova/ 32”.** Polígrafo. [S.l], [5. ed.]. 1982.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Educação brasileira: uma primeira aproximação: orientação do trabalho na escola, alguns pressupostos.** São Paulo: Ática. 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6 ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos-[et al.]. **Inclusão: compartilhando saberes.** 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MESSEDER, Hamurabi. **Entendendo a LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional lei nº 9.394/1996.** 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Márcia Denise Marque: **Educação inclusiva: concepções e práticas na perspectiva de professores**. Brasília: Editora Aplicada, 2010.

PILETTI, Claudino. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

PILETTI, Nelson. **Estrutura administrativa do ensino brasileiro: Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. 25 ed. São Paulo: Ática, 1999.